



Recebido em:
05/08/2017
Aprovado em:
06/08/2017
Editor Respo.: Veleida
Anahi
Bernard Charlort
Método de Avaliação:
Double Blind Review
E-ISSN:1982-3657
Doi:

A ESCOLA EMERGENTE: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS CONCEITOS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR E IDENTIDADE COLETIVA

RODRIGO PEREIRA

EIXO: 13. CURRÍCULO ESCOLAR, GESTÃO, ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

RESUMO

Este estudo se propõe a analisar a possibilidade de, através de mecanismos específicos, construir uma cultura de participação no contexto escolar. A participação é tão importante no ambiente escolar quanto os mecanismos institucionais que a viabilizam. Estes constituem um núcleo privilegiado de mobilização de sujeitos que estão direta ou indiretamente ligados à escola. Estes mecanismos, legítimos aos “olhos” do Estado, constroem sua legitimidade social quando são reconhecidamente espaços que refletem o desejo coletivo e potencializa as vozes dos que são sujeitos nesse espaço social. A hipótese que conduz esse texto é de que a escola, nesse cenário, é um dos lugares potenciais para o aprendizado do processo de participação. Para esta análise utilizados prioritariamente os conceitos de participação popular e identidade coletiva como referência.

Palavras-chave: Participação popular, Identidade coletiva, Escola.

INTRODUÇÃO

A noção de participação popular como ato consciente, criador e ao mesmo tempo, reflexo de uma nova postura social, nos remete a alguns elementos básicos que justificam o envolvimento de comunidades em uma luta social em torno de elementos que significam e definem o aperfeiçoamento da vida coletiva. No caso específico deste estudo, a melhoria das escolas e a criação de um ritmo de ação que permite o contato contínuo dos diferentes sujeitos na escola e em seus processos decisórios.

Dentre estes elementos básicos, o primeiro refere-se ao próprio conceito de participação; em seguida é importante entender porque é importante e necessário participar; e o terceiro elemento pretende traçar os fatores que impedem ou facilitam este processo.

A participação é o caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, afirmar-se e compreender a natureza. Além disso, sua prática envolve a satisfação de outras necessidades, não menos básicas tais como a interação com os demais homens, a auto-expressão, o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar e recriar coisas e, ainda, a valorização de si mesmo pelos outros.

Em Bordenave (1994,p.16) o processo de participação é caracterizado por duas bases fundamentais:

- Uma afetiva: quando participamos porque sentimos prazer em fazer coisas com outros;
- Outra instrumental: participamos porque fazer coisas com outros é mais eficaz e eficiente do que fazê-las sozinhos.

A participação pressupõe, também, tipos e níveis de envolvimento, "em termos de mobilização de recursos e vontades empenhados na tentativa de defender certos interesses e de impor certas soluções(...) em formas de ação e de comprometimento mais ou menos militante(...)" (LIMA,2001,p.76)

O autor aborda diversos níveis de participação, incluindo a participação passiva, caracterizada por "desinteresse e alheamento(...) e alienação de certas responsabilidades(...)" (op.cit,p.78). Neste texto trabalhamos com a compreensão de que a noção de participação deve ser entendida como um processo mais efetivo e próximo à práxis, como "um ato de ingerência" em que é necessário "ganhar voz e responsabilidade social e política" (LIMA,2000,p.33), o que representa o exercício da reflexão e da ação concreta na tomada de decisões.

A participação instrumental, que trata do sujeito, é a primeira instância do que chamamos de participação social. Esta refere-se, propriamente, a coletivos de modo que as pessoas envolvidas criam os bens materiais para sua apropriação. A participação social pode ultrapassar o microuniverso das relações sociais locais e passar a promover transformações nos macrorganismos da sociedade, no âmbito político e econômico.

É, pois, importante considerar as condições históricas de desigualdade e marginalização que caracterizaram a formação social do Brasil, características cujo fundamento é o processo de construção de uma distância intencional e singular entre o povo e o seu desejo e, junto a isso, deve-se levar em conta, a distância entre o povo e as instituições do Estado. Torna-se importante contextualizar a participação como um processo, um agente potencial de promoção de mudanças sociais significativas.

A participação social é deste modo, descrita como o processo contrário à dominação e à concentração do poder. É o pensar coletivo a partir do cotidiano, do contexto das preocupações e interesses da população, na análise e no desvelamento da realidade, ultrapassando, enfim, o mero agrupamento para a mobilização efetiva e organizada.

A participação pressupõe dos sujeitos a análise crítica dos interesses e necessidades do grupo em seu contexto local e global, que é o próprio processo de conscientização em exercício. A leitura de Souza (1999) sobre os conceitos freirianos assim sinaliza:

O processo de conscientização é definido de duas formas: a consciência individual, que se concretiza pelo fato de o homem ter personalizado em si mesmo, os motivos e causalidades das necessidades e frustrações que requerem enfrentamentos coletivos, e responde individualmente a estes enfrentamentos; e a consciência social, que é aquela que o homem tem de si mesmo como ser social, assim como de suas necessidades e frustrações, o que requer um pensar e um enfrentamento comum daqueles que vivem em condição social semelhante. (SOUZA,1999,p.88-89)

Em Morin (2001,p.54-55), encontramos a conscientização como elemento propulsor do processo pedagógico de participar, que envolve a ultrapassagem da consciência individual para a consciência social dos problemas coletivos. Esta noção de consciência coletiva faz uma mediação com a tríade indivíduo-sociedade-espécie descrita neste autor:

Não se pode tornar o indivíduo absoluto e fazer dele o fim supremo deste circuito; (...)a sociedade vive para o indivíduo, que vive para a sociedade e a sociedade e o indivíduo vivem para a espécie. Cada um desses termos é ao mesmo tempo, meio e fim. É a cultura e a sociedade que garantem a realização dos indivíduos, e são as interações entre indivíduos que permitem a perpetuação da cultura e a auto-organização da sociedade. Assim, verdadeiramente humano significa o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e do sentimento de pertencer à espécie humana.

Na prática pedagógica da participação, essa tríade permite ao indivíduo sentir-se membro de um organismo, participante de um grupo e consciente dos desafios a que a realidade lhe impõe. A consciência de que seus interesses e problemas, outrora individuais, são agora coletivos e exigem uma tomada coletiva de decisões.

Diz-se prática pedagógica porque a participação é, antes de mais nada, algo que pode ser ensinado e aprendido; um

conteúdo inerente às relações no ambiente escolar, que pode ser incorporado ao processo educativo. Nesta perspectiva, só é possível participar pelo exercício prático da participação, ação que pode ser estimulada e promovida no interior da escola.

A escola tem seus próprios instrumentos de participação, que envolve estruturas organizadas e legitimadas (projetos, encontros, festas, reuniões) que podem promover a participação. Embora estejam presentes no organismo escolar, nem sempre esses instrumentos estão disponíveis à participação de toda a comunidade escolar.

Para Gadotti e Romão (2000, p. 16), a participação "possibilita à população o aprofundamento de seu grau de organização e uma melhor compreensão do Estado, influiu de maneira mais efetiva em seu funcionamento." (GADOTTI e ROMÃO, 2000, p. 16)

A escola, nesse contexto, é um dos espaços potenciais de aprendizado deste processo, em que se concentram grandes grupos de crianças, educadores, funcionários e famílias, organizados em torno de um objetivo comum que é viabilizar o processo educativo. A participação no ambiente escolar "contribui para a democratização das relações de poder em seu interior e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade de ensino." (op.cit., p. 17)

Todos os segmentos da comunidade podem, desta forma, compreender melhor o funcionamento da escola, conhecer com maior profundidade as funções e papéis dos que nela trabalham, intensificar seu envolvimento e, assim, acompanhar e participar do processo educativo ali oferecido.

Se a participação é tão importante no ambiente escolar, os mecanismos institucionais que a viabilizam constituem um núcleo privilegiado de mobilização coletiva, de sujeitos que estão direta ou indiretamente ligados à escola. Estes mecanismos, legítimos aos "olhos" do Estado, constroem sua legitimidade social quando são reconhecidamente espaços que refletem o desejo coletivo e potencializa as vozes daqueles que estão sendo os sujeitos da escola: a comunidade interna e externa da escola.

Além dessas manifestações de legitimidade, é importante anunciar que este modelo de participação, este conceito e esta representação só são possíveis dentro de processos reais de organização pública e democrática da escola, o que equivale dizer que este movimento de participação popular é ao mesmo tempo, reflexo e gerador de um modelo de organização da escola. Participação, nesse caso, estaria vinculado aos processos de reflexão e decisão coletiva sobre os rumos da escola, em seus aspectos administrativos, pedagógicos e comunitário financeiro, manuseio de material para a escola, estabelecimento de mecanismos de diálogo com a comunidade, escolha e organização dos instrumentos pedagógicos que potencializarão a qualidade da escola, iniciativas de organização por segmentos que vinculem estudantes, professores, técnicos e gestores, além das instituições que dialogam com a escola e a auxilia no seu processo de formação e disciplinarização dos sujeitos. A participação é facilitada em ambientes abertos ao diálogo, à partilha de decisões, que caracterizam a gestão escolar democrática.

IDENTIDADE, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E FORMAÇÃO HUMANA

A nossa hipótese quando tratamos do conceito de Identidade, é de que a consciência de participação e mobilização para este tipo de comportamento advém de uma sensação de pertencimento a determinado grupo, classe social, campo ou instituição. No caso específico desse estudo, pertencimento à comunidade e à escola que deve ser interpretado como mobilização por uma identidade coletiva.

O conceito de identidade é complexo, amplamente discutido nos planos da Antropologia e Sociologia, com destaque para as tentativas de significação do tema e a construção de elementos para compreensão do comportamento dos sujeitos nas relações sociais. Como extensão, a investigação do tema debruça-se na busca de entendimento sobre as formas de agrupamento social. Nessa perspectiva, o desenvolvimento do sujeito é visto como um dos focos de análise para a tentativa de entendimento das relações estabelecidas no interior das instituições e de grupos socialmente definidos.

Autores como Castells (2006), Hall (1999), Durkheim (1999) analisam o tema sob diversos prismas o que nos faz entender que não é impossível falar de identidade numa perspectiva de consenso. Não existe consenso entre os pesquisadores sobre o tema. No entanto, há um encontro de análises quando se retrata a mudança nas "identidades"

contemporâneas, quando estas são estudadas à luz das alterações estruturais que caracterizam o momento histórico atual e, ao mesmo tempo, que fragmentam as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia e nacionalidade.

Nos dispomos a trabalhar esse conceito e vinculá-lo à prática social e pedagógica por considerar a complexidade que lhe é inerente e por percebermos o lugar que ele ocupa no esclarecimento sobre o comportamento social. Ainda é possível com o tema estabelecer algumas relações com outros correlatos e possibilitar uma ampliação do entendimento do texto.

É comum a relação estabelecida entre o conceito de identidade e as análises feitas por Erik Erickson (1976) sobre a base antropológica do termo (uma forma de criar uma semelhança entre os sujeitos independentemente da sua localização cultural) em conexão com o *Self* (Gillis, 1994), ou sentido individualizado de pessoa. Esta abordagem é, em síntese, a maneira identificada por intelectuais das ciências sociais, de fazer referência aos aspectos comuns de grupo de pessoas diferentes ao longo de um tempo.

O sentido de Identidade, como mecanismo de instrumentalização do sujeito na sua formação e localização na sociedade, foi bastante explorado por autores funcionalistas e estruturalistas para entender o comportamento na sociedade de agrupamentos periféricos. Esse, porém, não foi o sentido atribuído por autores de linha marxista, weberiana e durkheimiana. Esta geração de intelectuais, que além dos estudos específicos que lhe deram fama e nome na história do pensamento, fizeram incursões sobre a relação das identidades com as instituições e ao mesmo tempo (em alguns casos não há um estudo aprofundado sobre a nomenclatura específica- Identidade, mas sim o sujeito, o trabalhador), o vínculo entre condicionamento social, ou lugar ocupado na sociedade e as marcas identitárias. Neste caso específico, definia-se identidade conforme os seguintes princípios e relações: antagonismo entre Capital e Trabalho, Status Adquirido e Renda ou a partir das Representações Coletivas socialmente consolidadas.

Este último termo será objeto de estudo. Não obstante à sequência de análise, é preciso de imediato um esclarecimento sobre o conceito de Representação Coletiva. Este conceito foi utilizado por Durkheim na análise da sociedade do final do século XIX, seus movimentos, modificações e comportamento. Este conceito ainda é válido nos nossos dias porque permite-nos, a sua utilização como estratégia para identificarmos, principalmente, os elementos simbólicos explícitos ou não, na ação coletiva dos sujeitos.

Os conceitos tradicionais, clássicos por sua natureza e relevância, ainda mostram-se necessários, mas não suficientes para explicação da pluralidade de novos movimentos sociais que colocam também novos desafios às identidades, bem como sugerem novas frentes de pesquisa para responder às questões contemporâneas em torno das identidades coletivas. Dentre estas questões, sugerimos pensar: para quais valores, ou a que interesse político está direcionada a ação de uma comunidade quando na construção de um caminho, em busca, por exemplo, de uma noção de qualidade numa instituição como a escola. Outro aspecto a ser considerado seria o universo simbólico das implicações destas ações sobre o cotidiano da escola.

Nesta abordagem, trabalhamos numa perspectiva de diferenciação do conceito de identidade em dois pólos. O primeiro situado como o das identidades originais, mediadas pelo conceito de pertença original, materno, estruturado numa comunidade singular, com um número pequeno de significantes e com um universo simbólico reduzido de menor complexidade. Estes elementos são responsáveis pela estruturação de comportamentos, valores e princípios, muitas vezes originados na relação simbólico-mítica que traduz a influência religiosa.

O outro pólo seria pensado dentro do conceito durkheimiano de Identidades Coletivas, que é composto por um conjunto de comportamento, simbolismo, valores, princípios, visões de mundo, expectativa sobre o futuro, relações com o tempo e com as instituições que são protagonizadas e caracterizam a forma de estar no mundo de determinado grupo social. Tudo isso mediatizado pela efemeridade e intensidade da circulação de informações, da organização da sociedade (a existência de *ghetos*, tribos, novas periferias, novos bolsões de pobreza, novas condições de sobrevivência, etc.), bem como os novos perfis e novos papéis sociais atribuídos aos sujeitos.

A análise do Durkheim é sobre a sociedade na perspectiva da organicidade social e esta constituição estaria estabelecida a partir da noção de coesão social. Desta forma, o papel das instituições do Estado, bem como o papel, a função exercida pelos indivíduos estariam baseadas em um princípio de existência coletiva. Sendo a preocupação

durkheimiana em torno da coesão social, este autor vai defender a idéia de Solidariedade como uma construção necessária na composição da vida em sociedade. Dois são os tipos de solidariedade, dois são os modelos para efetivação da coesão social, modelos que serão, progressivamente, introjetados no sujeito e desenvolvidas conscientemente ou inconscientemente por estes.

O primeiro é chamado de Solidariedade Mecânica. Este tipo de solidariedade, segundo Durkheim (1999), é desenvolvido em sociedades com uma estratificação social de menor complexidade, onde a divisão do trabalho social é quase reduzida à simples papéis que, naturalmente, são desenvolvidos pelas pessoas, em contextos em que a diferenciação social é simples e pequena. O segundo modelo é o de Solidariedade Orgânica. Este modelo de solidariedade possui existência em sociedades com um nível de complexidade elevado na sua organização, bem como com uma diferenciação acentuada na organização do trabalho social. A Solidariedade Orgânica é constituída, então, a partir das diferenças sociais, já que em sociedades com acentuada divisão social do trabalho, os indivíduos unem-se pelo princípio de necessidade de troca de serviços e pela sua interdependência. O lugar ocupado pelo sujeito é que vai constituir o lugar de significado e a maneira como ele vai simbolizar sua existência material e subjetiva.

Embora neste tipo de sociedade, com alta complexidade na divisão de funções, haja possibilidade de interação dos indivíduos, esta dar-se-á mediatizada pela troca de serviços; o princípio de coesão social será assegurado mesmo que esta nova forma fuja de uma idéia de troca voluntária de ações, mesmo que seja o lugar ocupado na produção material que vai determinar o lugar de significação pelo sujeito e o pertencimento das pessoas em grupos sociais diferenciados não será por mobilização voluntária, mas sim dentro da lógica de interdependência material. É nesse contexto que situamos aqui a realidade do cotidiano dos mecanismos de participação popular no espaço da escola pública. Na defesa teórica durkheimiana fica explícito que o que acontece nesses espaços de participação se aproxima do que o autor chamará de Solidariedade Mecânica, afastando-se, progressivamente, do conceito de solidariedade orgânica, muito mais complexa e movida por outros fatores de ordem macrossocial.

Diante de todas estas evidências nos sujeitos, Durkheim vê as características do que vai chamar de Identidades Coletivas e Representação Coletiva como forma de esclarecer a natureza das mobilizações de vários grupos sociais, símbolos, desejos, significantes e objetivos comuns e as necessidades sociais de pertencimento, conscientes ou não. A noção de Representação Coletiva é central neste tipo de abordagem, sobretudo pela compreensão de que os grupos constituídos em sociedades complexas estarão organizados pela dependência mútua, por uma solidariedade distante da idéia de afetividade, uma solidariedade menos emotiva, personalizada.

Como já afirmamos no início desta sessão, temos razão para acreditar que este tema é muito importante para o nosso debate, pois a primeira compreensão do tema nos remete a um imperativo: a identidade é a forma básica pela qual criamos uma identificação pessoal e também a maneira que criamos representação do mundo e de nós mesmos. E a maneira como os sujeitos em coletivo se organizam para definir linhas de ação, formas de organização coletiva e estruturação de diálogos, debates... deixam marcas de aproximação que alimentam a noção entre eles, de agrupamento social e vínculos identitários.

Estes primeiros esclarecimentos já são, em parte, capciosos, pois provocam rupturas com o a concepção veiculada no senso comum de que Identidade estaria apenas vinculada à forma como exerço, ou melhor, o papel que exerço na sociedade e, ao mesmo tempo, a forma como a identificação exterior é internalizada pelo sujeito. O que estamos analisando aqui é uma concepção que vincula, essencialmente, o sujeito a uma dimensão identitária que traduz uma representação pessoal; acima dos papéis exercidos na sociedade, como no caso específico das socializações primárias e secundárias (BERGMAN e LUCKMAM, 1985), quando na internalização das funções sociais (homem, mulher, filho, cristão, etc) determina o comportamento e uma (falsa) identificação primeira, bem como o que acontece em seguida, na chamada socialização secundária, quando os laços de companheirismo agem como amálgama na composição de grupos com (ou não) objetivos comuns, ou ideal partilhados.

Na definição sociológica crítica, estes vínculos são alicerçados por princípios de pertença e são reproduzidos a partir da ação coercitiva de cada grupo ou instituição sobre seus membros. O que implicaria numa formulação identitária de segundo grau e demarcaria a ação do sujeito. Muito embora estejamos indo e vindo no uso do termo Sujeito Social ou Agente Social, Indivíduo e Ator Social valemo-nos da ressalva de que estes conceitos não são de mesma natureza semiótica. Os campos de domínio de cada conceito estão vinculados a uma área de conhecimento específica e trata de coisas ou dimensões diferentes em uma mesma pessoa. No entanto, compreendemos que isto é comum na literatura social. embora entendamos a singularidade de cada uso e de cada abordagem teórica

O conceito de Ator Social ou ainda Sujeito Social está vinculado à idéia de participação em uma sociedade, consciente dos limites e possibilidades presentes na sociedade; um sujeito que pertence a um conjunto social determinado e ao mesmo tempo vive com uma liberdade republicana presente no seu dia-a-dia. A nossa opção e defesa em torno do conceito de Identidade e de Sujeito Social está traduzida como uma fonte de significação e experiência de uma comunidade, um grupo ou mesmo uma dada sociedade.

IDENTIDADE LEGITIMADORA, DE RESISTÊNCIA E IDENTIDADE DE PROJETO – O OLHAR DE M. CASTELLS

Ainda nesta discussão, Castells (1999) escrevendo sobre a sociedade em Rede e a junção dos termos Informação, Identidade e Cultura, destaca a diferenciação gerada pelo conceito de identidade entre as chamadas fontes de sentido e os papéis sociais. Para isso ele vincula o conceito com o de autoconstrução e individuação. Para este autor, em termos mais genéricos, pode-se dizer que identidades organizam significados, enquanto papéis organizam funções. O termo Identidade necessariamente passa por processos constantes de reconstrução e realimentação de significados dentro da abordagem específica da Antropologia e ao mesmo tempo serve, na acepção de Bourdieu (2007), como função estruturante em outros campos de conhecimento e em novos espaços de organização conceitual.

A peculiaridade do conceito antropológico de identidade estaria, então, no fato de que o conceito emerge a partir de um dado sistema de relações sociais, o que significa dizer que, qualquer estudo antropológico sobre este objeto, deve levar em consideração o sistema de relações intersociais que propicia as condições de existência e gera a identidade. Fato concreto é que este conceito e sua relação com a formação de um grupo social constrói-se numa relação dialética, inter-determinada e num processo de mutabilidade constante. Nas palavras do autor:

Não é difícil concordar com o fato de que, do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída. A principal questão na verdade, diz respeito a com, a partir de quê, por quem, e para quê isso acontece. A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo e espaço. (CASTELLS, 1999 p.23)

Desta reflexão, emerge a idéia de que toda identidade possui determinantes em um contexto marcado por relações de poder, e, conseqüentemente, sua definição está baseada no conjunto de elementos simbólicos que é partilhado por indivíduos de um mesmo coletivo, com características próximas, ao mesmo tempo em que cria certos limites que impedem a passagem de outros sujeitos: os limiares identitários. Com esta defesa, o autor propõe a distinção de três tipos de formação de identidades. Esta distinção registrada aqui servirá como mecanismo de interpretação dos tipos de formação presentes no conjunto social. São os seguintes modelos de formação de identidades: Identidade Legitimadora, Identidade de Resistência e Identidade de Projeto.

Sobre o primeiro tipo é importante circunscrevê-lo nos discursos reprodutivistas da segunda metade do século XX, da caracterização das populações como formadas a partir de ideologias e não do que entendemos por representação coletiva, ou seja, a dimensão consciente ou inconsciente da ideologia formaria um substrato que marca a formação e o comportamento das pessoas, das comunidades na sociedade. Aqui estamos fazendo uma distinção entre o conceito de ideologia como falsa consciência, registrado nos textos de autores como Althusser, Karl Mannheim e afirmamos o conceito defendido por Poulantzas (1978) que observa a ideologia como a formadora de um imaginário, porém aquela que vai assumir uma série de representações. Esta pode ter uma dimensão individual, enquanto a representação coletiva está vinculada à interpretação de diversos elementos da vida em sociedade por indivíduos que partilham de mesmas referências culturais. Desta forma, é importante registrar que a noção de ideologia como modeladora do comportamento e, de certa forma, da subjetividade, conforme Bourdieu e Passeron (1983) e Althusser (1983), poderá ter como fonte a cultura, bem como as instituições do Estado.

Na minha visão, cada tipo de processo de construção de identidade leva a um resultado distinto no que tange à constituição da sociedade. A identidade legitimadora dá origem a

uma sociedade civil, ou seja, um conjunto de organizações e instituições, bem como uma série de atores sociais estruturados e organizados, que, embora às vezes de modo conflitante, reproduzem a identidade que racionaliza as fontes de dominação estrutural. (Castells, 1999 p.24)

Esta visão evidencia o papel da ideologia na constituição da noção de civilidade e, ao mesmo tempo, problematiza o papel das instituições do estado na formação da sociedade. Segundo o texto acima, é importante referendar a abordagem de Gramsci (2004) quando formula o conceito de Sociedade Civil e analisa a ação das instituições do estado na organização social.

Este autor considera que a sociedade é composta por aparatos do Estado como igrejas, sindicatos, partidos políticos, cooperativas, entidades cívicas, etc., e estas cumprem um duplo papel: por um lado, servem para prolongar a dinâmica do estado na sua relação com a sociedade civil, por outro lado, institui na mentalidade coletiva uma certa imagem de interdependência fazendo com que as pessoas interpretem as instituições como necessárias e construindo uma demanda por comportamentos, rituais e valores que dão a possibilidade de perpetuação do modelo ou da estrutura social. Ou seja, onde Gramsci estava compreendendo como uma ação (a constituição da sociedade civil) que formaria uma sociedade democrática e, por conseguinte, estruturaria a base para uma transformação social em favor dos menos favorecidos, autores como Foucault e alguns dos intelectuais da Escola de Frankfurt como H. Marcuse e M. Horkheimer definiam como dominação internalizada e legitimação de uma identidade imposta, pradonizada e não-referente. O segundo modelo de Identidade apresentado por Castells (1999) é a Identidade de Resistência.

O modelo de identidade denominada de Resistência, como o termo anuncia, é a construção identitária destinada a construir certo tipo de *modus vivendi* que resiste a certos tipos de opressão na sociedade. Este tipo de resistência forma, no interior da sociedade, as chamadas comunidades, ou comunas com características semelhantes aos grupos citados anteriormente como nos movimentos de reafirmação da etnia, crença ou lugar territorial na sociedade.

A diferença é que aqui estamos tratando de uma formação legitimada pela ação comum, finalidades comuns e, concomitantemente, a uma essencialização da resistência pela determinação histórica, geográfica e, por vezes, biológica do grupo que resiste diante do opressor, identificado aqui como instituições ou grupos de mandatários que se estabeleceram no poder. Podemos identificar, nestes grupos, uma construção discursiva que identifica o Estado como alvo constante de denúncias e como símbolo da opressão, angústia e responsável pela institucionalização da desigualdade na sociedade. Nas palavras de Castells:

O fundamentalismo religioso, as comunidades territoriais, a auto-afirmação nacionalista ou mesmo o orgulho de denegrir-se a si próprio, invertendo os termos do discurso opressivo, são todas manifestações do que denomino exclusão dos que excluem pelos excluídos, ou seja, a construção de uma identidade defensiva nos termos das instituições/ideologias dominantes, revertendo o julgamento de valores e, ao mesmo tempo, reforçando os limites da resistência. Nesse caso surge uma questão quanto à comunicabilidade recíproca entre essas identidades excluídas/excludentes. A resposta a essa questão, que somente pode ser empírica e histórica, determina se as sociedades permanecem como tais ou fragmentam-se em uma constelação de tribos, por vezes renomeadas eufemisticamente de comunidades (Castells, 1999 p.25-26).

Esta concepção de Identidade é importante para este estudo, pois anuncia outra característica dos grupos que incitam movimentos partidários, comunitários para o alcance de metas comuns e lutam a partir de uma construção simbólico-linguística que impulsiona todo um coletivo. Este tipo de grupo, ou comunidade como anuncia o autor, é mais evidenciado, contraditoriamente, em sociedades com maior abertura democrática, sociedade que vive na perspectiva de um Estado Regulador, sobretudo porque encontram maior abertura para tomada de posição e anunciam maiores motivos para implementar luta, desde a necessidade de afirmação como comunidade até a reivindicação por espaço, vez, voto, etc., como já registramos em texto anterior.

A terceira marca identitária ou o terceiro tipo de Identidade classificada por Castells é a Identidade de Projeto. Uma

definição complexa, cheia de significado quando compreendida. Para este autor, toda identidade de Resistência poderá gerar um tipo de identidade de Projeto. Esta afirmação advém da necessidade de superação que um grupo social vive quando oprimido pela força do opressor, aqui leia-se: Estado.

CONCLUSÃO

Esta necessidade de superação quando identificada, mobiliza a ação do grupo em busca de um novo “lugar” no contexto ou na relação com outra comunidade, com um tipo de opressor humano, ou com a própria instituição, entendida como um tipo de opressor não humano, porém não menos real. Aqui identificamos que esta necessidade de superação e construção de um modelo social está baseada em princípios definidos internamente e o modelo social (tipo de sociedade, sem hierarquias, por exemplo, ou o formato da relação com as instituições do Estado) é construído (ou conquistado) a partir do que deseja o grupo.

É válido ressaltar que o encontro dos conceitos de identidade e por fim do conceito de classe popular destaca a idéia de vinculação entre sujeitos pertencentes a um grupo social específico, constituído de valores, princípios, símbolos e expectativa sobre o futuro e sua situação social. Estes grupos sociais, por estarem em uma sociedade, mantêm uma relação com as instituições. Sejam relações imediatas, relações de sentido ou apenas vivenciem as interações nestas instituições sem o vínculo subjetivo. Nesta análise, situamos a escola como instituição privilegiada por possibilitar a coexistência entre diferentes. A heterogeneidade é a palavra que se aproxima na tradução do perfil da escola, sobretudo quando tratamos da pública. Uma escola voltada para atender as pessoas de diversas origens e, por consequência, uma instituição aberta aos desafios da diversidade.

Especificamente, tratamos aqui da possibilidade de construção de uma escola cuja referência política seja a participação popular que se manifesta e se efetiva no encontro entre uma comunidade protagonista e uma escola aberta, no seu modelo gestor e na proposta de formação humana (pedagógica e curricular) e que compreende as implicações desta participação sobre a sua forma de organização e sobre sua própria identidade. Assim, entendemos que em dias onde impera a incerteza e inquietude em torno das instituições do Estado, a efetiva participação popular gerada por meio de uma identidade coletiva, de classe, comunitária reestabelecerá a escola como núcleo transformador da sociedade.

REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia**: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BORDENAVE, Juan E. D. **O que é participação**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOURDIEU, Pierre, PASSERON, J. C. **La reproduction. Éléments pour une théorie du système**

d&39;enseignement. Paris, Éd. de Minuit, 1970 (avec J.-C. Passeron). (Trad. Portuguesa: A Reprodução. Vega, 1983).

CASTELLS, Manuel. **O poder da Identidade.** A era da informação: economia e cultura; v II. Tradução de: The Power of identity. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1999.

CHARLOT, Bernard. **Relação com o saber, Formação dos professores e Globalização:** questões para a educação hoje. Porto Alegre: ARTMED, 2005.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico.**- 2ª Ed.- São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção Tópicos)

_____. **Da Divisão Social do Trabalho.** 2ª Ed.- São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção Tópicos)

ERIK, H. Erikson. **Identidade, Juventude e Crise.** 2ª Ed. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editora: 1976.

FREIRE, Paulo. **Educação com prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GADOTTI, Moacir, ROMÃO, José E. (orgs.). **Autonomia da Escola:** princípios e propostas. 4º ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sócio-política.** São Paulo: Cortez, 2001.(coleção Questões da Nossa Época)

GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos.** 2 v. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004

MORIN, E. A religação dos saberes: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisada.** São Paulo: Ática, 1994.

TÖNNIES, F. Comunidade e Sociedade. Buenos Aires: Losada, 1942.

TORRES, Carlos Alberto. **Democracia, Educação e Multiculturalismo:** dilemas da cidadania em um mundo globalizado- Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

WEBER, Marx. **Ciência e Política:** duas vocações. São Paulo, SP: Martin Claret, 2003. (Coleção Obra Prima de cada autor)

WERLE, Flávia Obino Corrêa. **Conselhos Escolares:** implicações sobre a gestão da Escola Básica. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.